



ACTA Nº 14/2007

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2007
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 1 DE OUTUBRO DE 2007

-----No dia 1 de Outubro de 2007, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de Setembro de 2007 da mesma Assembleia Municipal, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 24 de Setembro de 2007 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2008;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da Proposta de Emissão de Declaração de Interesse Municipal do Projecto de ampliação do estabelecimento de ensino “Colégio Vale Verde”;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de desafecção do domínio público de parcelas de terreno sitas em Santo Amaro – Sra. da Glória – Freguesia de S. Sebastião – Alteração ao alvará de loteamento nº 9/94 – Rectificação;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de desafecção do domínio público de parcelas de terreno sita em Albardeira – Freguesia de S. Sebastião – Alteração ao alvará de loteamento nº 2/96;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de desafecção de uma parcela de terreno do domínio público municipal sita na Estrada Municipal Luz/Burgau;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da Proposta de alteração ao Regulamento de Águas Residuais Domésticas do Município de Lagos – Artº 27º, Artº 28º e nº 3 do Artº 36º;*



Fl. 95v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

- PONTO 10 - *Apreciação e votação da Proposta de alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos do Município de Lagos – n.ºs 1 e 7 do Art.º 67.º;*
- PONTO 11 - *Apreciação e votação da Proposta de alteração ao Regulamento de Abastecimento de Água do Município de Lagos – n.º 2 do Art.º 40.º;*
- PONTO 12 - *Apreciação e votação da Proposta de lançamento de derrama a cobrança no ano de 2008;*
- PONTO 13 - *Apreciação e votação da Proposta de concessão de condecorações – Medalha de Mérito Municipal.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)



PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Virgínia Paula Ventura Marreiros da Conceição Silva
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, nos momentos indicados nesta Acta, os seguinte Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PSD	Eurico José dos Reis Correia
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADO(A) MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado	26 dias	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	1 dia	Virgínia Paula Ventura M. da Conceição Silva

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta a seguir indicada:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	REUNIÃO
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	24/09/2007

-----TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado para estar presente na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2007, para tomar



Fl. 96v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

posse como Membro efectivo do Conselho Municipal de Segurança o seguinte cidadão: **BRUNO RICARDO DOS SANTOS MORA** – Comandante da Esquadra da PSP de Lagos.-----

-----Verificada a conformidade formal e após ter prestado o juramento, procedeu à assinatura do presente auto de posse, o cidadão **BRUNO RICARDO DOS SANTOS MORA** – Comandante da Esquadra da PSP de Lagos, ficando investido nas suas funções.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Município Sr. João Neves, que entreveio na última reunião, realizada em Barão de S. João, sobre um problema relacionado com o abastecimento de água à zona habitacional onde reside na freguesia de Barão de S. João. Voltou a intervir para dizer que o seu assunto tinha sido banalizado, chegando ao ponto de ter ouvido dizer que a zona onde vive é ilegal e por isso tinha consigo toda a documentação onde prova que isso não é verdade, tendo disponibilizado uma cópia dos documentos. -----

-----Seguidamente interveio o Sr. João Mariano que sugeriu que as intervenções do público, nas reuniões de Câmara Municipal, fossem no início das reuniões e não no fim, como se verifica. Referiu que estava bastante triste com um telefonema que tinha recebido da Câmara Municipal no sentido de retirar da campa da sua mulher relva artificial que tinha lá colocado, situação que não compreende uma vez existem outros tipos de “embelezamentos” no mesmo cemitério. Afirmou que isto não estava certo e que não iria retirar nada da campa da sua mulher.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-450-10.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual o ponto da situação da nova Esquadra da PSP de Lagos. Referiu que o Sr. Ministro da Economia tinha anunciado a construção do Museu dos Descobrimentos para Sagres, sendo que essa era uma ambição de Lagos e por isso perguntou se a Câmara tinha algo a informar sobre esta situação. Solicitou informação sobre o Monte da Candeeirinha, local onde se encontra a laborar um Centro de Recuperação de Resíduos Sólidos.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.59
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.59
PSD	Eurico José dos Reis Correia	21.02
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.02



-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou mais pormenores sobre as reuniões que o Sr. Presidente da Câmara teve com o Director das Estradas e com o Secretário de Estado dos Transportes.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) solicitou informações sobre a reunião entre o Presidente da Câmara e a nova responsável pelo IPTM. -----

-----O Sr. José Mariano (PS), referindo-se à Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, citou António Aleixo “do que disse não gostei, gostei do que não disse”, para dizer que há muitas coisas que são escritas na Informação que não têm qualquer interesse e há outras situações que são bem feitas e que não são mencionadas na Informação, como por exemplo o parque de estacionamento junto à Albergaria da Marina, entre outras. Disse que a Igreja das Freiras está recuperada, mas existem pormenores que podiam ter sido melhor tratados. Perguntou se o Edifício do Mercado dos Escravos e o Edifício antigo da Alfandega iam passar para a posse da Câmara Municipal.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que existem muitas siglas na Informação que por vezes são difíceis de descodificar como por exemplo “EPI”. Solicitou informação em relação ao Centro de Saberes de Lagos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, em relação à nova Esquadra da PSP disse que estavam à espera do Projecto e que estavam em negociações com a Direcção Geral do Património para definir a questão da permuta dos terrenos, para que a Câmara lance o concurso para a construção da Esquadra. Referiu que o Sr. Ministro da Economia tinha anunciado obras para a Fortaleza de Sagres, tendo referido a hipótese de ser o Museu dos Descobrimentos no âmbito do Programa Algarve 2008 e informou que já tinha dito, pessoalmente, ao Sr. Ministro que não concordava com o Museu dos Descobrimentos em Sagres, mas sim em Lagos. Em relação ao Centro de Triagem de Resíduos no Monte da Candeeirinha disse que a actuação da entidade promotora não foi a melhor e foram tomadas providências estando a decorrer o normal processo inerente a essa situação. Disse que a reunião entre a Câmara e o Delegado do Instituto de Estradas para o Alentejo e Algarve teve o propósito de falar da requalificação prevista para a EN 125. Sobre a reunião com o IPTM disse que foram feitas várias reivindicações e foi dado a conhecer as ideias do IPTM em relação a tais reivindicações. Acrescentou ainda que no âmbito de nova legislação foi solicitada a passagem de algumas áreas pertencentes ao IPTM para o Município. Em relação a alguns pormenores que podiam ter tido outro tipo de tratamento na Igreja das Freiras, informou que alguns vão ser tomados em consideração. Sobre o Edifício antigo da Alfandega referiu que o primeiro piso já pertence ao Município, estando a tentar ficar com o resto do Edifício. Em relação às siglas disse que ia tentar que não fossem tantas nas próximas Informações. Sobre o Centro de Saberes de Lagos disse que o mesmo é uma das várias acções da Direcção de Projecto Municipal da Ciência e dos Descobrimentos está a acompanhar e que corresponde a um protocolo feito com a Universidade de Lisboa.-----



Fl. 97v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----O Sr. Eduardo Santana (IND), em relação às siglas, sugeriu a inclusão na Informação de um glossário com a legenda das ditas siglas. Referindo-se às explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre as obras a efectuar na EN 125 disse que a zona entre a rotunda de acesso à A22, do Odiáxere e a entrada em Lagos junto ao Monte Molião, carece de rotundas, apesar de ser um percurso relativamente curto. Ainda sobre rotundas referiu que Almádena também devia ser “presenteada” com uma. Perguntou até que ponto se justificava o valor do concurso para a obra de adaptação do Edifício do Chincato para a Brigada de Trânsito da GNR, uma vez que não vê justificação para gastar 321 mil euros. Disse que o Sr. Presidente tem dito que a Brigada de Trânsito vai normalizar as condições de segurança do Chincato, só que a Brigada de Trânsito fiscaliza o trânsito e não funções de segurança.-----

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) disse que as expectativas em relação à Arte Doce foram ultrapassadas, uma vez que esteve bastante melhor, na sua opinião, em relação às edições passadas, por isso deu os parabéns à Câmara Municipal. Afirmou que a divulgação dos espectáculos realizados no Auditório Municipal tem que ser melhorada. Em relação à limpeza urbana disse que era de lamentar continuar a ver cidadãos a colocar monos junto aos contentores e louva a Câmara pelo esforço feito no sentido de colocar cada vez mais contentores enterrados. Disse que gostava de ter mais informação sobre estudos sísmicos sobre Lagos. Afirmou que tinha ficado satisfeito com os resultados transmitidos pelas forças de segurança, no Conselho Municipal de Segurança e que Lagos é uma cidade segura.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que, em Fevereiro, tinha entrado em vigor uma nova legislação sobre acessibilidade a espaços públicos e edifícios, tendo a Assembleia Municipal recomendado à Câmara Municipal que fizesse uma sessão de esclarecimento sobre este assunto, não tendo até à data conhecimento dos passos dados pela Câmara neste sentido, por isso pergunta se a Câmara tem alguma acção prevista neste âmbito. Perguntou se havia alguma informação relativa ao Concurso sobre os transportes públicos urbanos e qual a previsão para o início dos novos transportes urbanos no concelho. Disse que mais uma vez se comemorou o Dia Europeu sem Carros, onde foi dado a conhecer um Projecto da Câmara que é para manter os carros na rua, mais concretamente em parte da Rua 25 de Abril, situação que o preocupa, uma vez que bom seria retirar os carros do Centro Histórico.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) começou por informar que no passado dia 24 de Setembro, tinha sido feito o Mercado de Odiáxere no Largo do Moinho, que teve grande sucesso, agradecendo todo o esforço da Câmara e restantes entidades envolvidas neste processo. Perguntou se o pontão do Vale da Lama tinha sido falado na reunião entre a Câmara Municipal e o IPTM, uma vez que o mesmo não se encontra em condições para receber viaturas e se a Câmara tinha pensado em alguma intervenção para o espaço público da Urbanização da Torre. Referindo-se à reunião entre a Câmara Municipal e as Estradas de Portugal, opinou que a ligação entre a Torre e o Odiáxere precisa de um passeio, com iluminação, para servir todos aqueles que se deslocam entre



Fl. 98

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

estes dois locais e principalmente os alunos da futura nova escola de Odiáxere.-----
-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que nota algum alheamento das entidades privadas que prestam serviços à Câmara Municipal, nomeadamente a EDP, sendo da opinião que a Câmara deveria ter alguém que fiscalizasse os serviços prestados por entidade privada ao município. Considera que dá mau aspecto os contentores do lixo estarem deteriorados.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) perguntou o que se passava com a Rua Lançarote de Freitas, uma vez que há já muito tempo que se fala que a mesma necessita de uma intervenção, mas até à data nada foi feito ou falado, de concreto, sobre isso. Referindo-se ao Largo Marreiros Neto disse que o mesmo não tem sido alvo da melhor atenção. Alerta para o facto de as pessoas andarem muito alarmadas com os ratos e com as baratas existentes em todo o concelho.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) referindo-se aos projectos aprovados para Lagos, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara como via o futuro do Concelho após a execução dos projectos e qual será o resultado final do seu mandato.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) perguntou quais as causas para ter havido um aumento do teor de níquel na água. Em relação ao Parque da Cidade disse que seria bom que fosse colocada uma protecção entre o parque radical e a estrada. Referiu que alguma da informação dada a conhecer na Informação do Sr. Presidente, poderia vir em quadros comparativos, que seria de mais fácil interpretação e ocupava menos páginas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, em relação à Brigada de Trânsito da GNR, informou que a Câmara vai ter uma despesa com o Edifício, mas depois aluga à GNR. Em relação às rotundas mencionadas pelo Sr. Eduardo Santana, informou que todas constavam das reivindicações feitas no âmbito da reestruturação da EN 125, mas tem plena consciência de que algumas não devem ser contempladas. Disse que a Arte Doce tinha sido um sucesso, bem como a mostra efectuada neste evento, sobre os investimentos para Lagos. Disse que sentia muito orgulho em ter colocado à vista de todos as muralhas, referindo-se ao Parque da Cidade. Reconhece que o sistema da limpeza urbana tem falhas mas tem havido um esforço para que essas falhas sejam cada vez menos. Realçou o facto de ter sido inaugurada, recentemente, uma nova escola do primeiro ciclo do ensino básico e pré-primário. Corroborou com as palavras do Sr. Carlos Ribeiro em relação à segurança no concelho. Sobre a legislação sobre acessibilidades disse que a mesma deve ser respeitada pelos projectistas. Em relação aos resultados do concurso referente aos transportes urbanos disse que os mesmos são bastante benéficos para os cofres do município dado que inicialmente, o concurso anulado, apontava para valores que rondavam os onze milhões de euros, para sete anos e com este último concurso ronda os sete milhões de euros para o mesmo tempo. Acrescentou que os transportes deve começar a funcionar seis meses após a assinatura do contrato, que neste momento se encontra no Tribunal de Contas. Em relação a viaturas no Centro Histórico, disse que o objectivo é que cada vez mais circule menos viaturas neste local. Manifestou a sua satisfação em relação ao novo espaço da realização do Mercado de Odiáxere. Informou que o pontão do Vale da Lama não foi



Fl. 98v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mencionado na reunião com o IPTM porque isso é um assunto da responsabilidade da CCDR. Informou que está prevista a construção de um Parque Infantil para o espaço público da Torre. Referiu que a iluminação da estrada entre a Torre e o Odiáxere não tinha sido uma das reivindicações, no âmbito das obras a efectuar na EN 125, porque a Câmara propôs que a parte da EN 125 entre o campo da bola de Odiáxere e a Torre, com a construção da variante a Odiáxere, passasse para a posse da Câmara, sendo que, quando se verificar tal situação, a Câmara coloca iluminação nessa via. Disse que é muito complicado fiscalizar o trabalho que as entidades privadas prestam à Câmara Municipal, mas uma participação mais activa dos cidadãos na participação à Câmara Municipal de algumas anomalias, pode fazer com que essa situação melhore. Informou que, em breve, iria ser feita uma intervenção na Rua Lançarote de Freitas. Dirigindo-se ao Sr. Fernando Soares, disse que poderia responder à questão por si colocada, mas no âmbito de um outro assunto que não a Informação do Presidente à Assembleia; remeteu a resposta para uma outra oportunidade. Disse que não sabia as razões pelo qual tinham aumentado os valores de níquel na água. Informou que já estava prevista a colocação de protecções no Parque da Cidade na zona do parque radical.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) referindo-se ao pontão do Vale da Lama, chamou à atenção que o mesmo é o único acesso que pode servir meios de socorro a algum acidente que aconteça a alguém que esteja na barra.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a resposta dada sobre a legislação sobre as acessibilidades não é assim tão simples uma vez que a mesma nasce de uma legislação que levou sete anos para ser cumprida e não o foi, por isso apareceu esta nova a dar mais um prazo de oito anos que apanha quem decide e quem aprova projectos. Disse que a Arte Doce, a escola de Santa Maria e o Anel Verde, são iniciativas/obras que foram propostas pela CDU há já muitos anos e por isso a CDU também se congratulava com a execução das mesmas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, referindo-se à legislação referente às acessibilidades disse que a lei que entrou em vigor era diferente da anterior, uma vez que a anterior era quase uma declaração de princípios e esta tem consagrações a nível da especialidade, por isso não há projecto nenhum que seja aprovado que não contemple um projecto de especialidades.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 33 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 55 minutos.-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, A APLICAR NO ANO DE 2008:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-450-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva



introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que os fundamentos para a aplicação das taxas do IMI este ano são diferentes dos do ano passado, porque no ano passado o PSD e a Assembleia no seu todo chamou à atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal para a possibilidade que o município tem para promover determinadas diferenciações positivas; diferenciações positivas essas que foi dito que estavam a ser estudadas, mas passado este tempo não se vê qualquer intenção de concretização das mesmas. Disse que não é a proposta mais justa e que o Concelho, em termos geográficos, pode ser dividido em zonas específicas, onde a Câmara Municipal pode majorar ou minorar a taxa do IMI conforme a sua opção política. Referiu que no ano passado a Câmara não deixou a sua posição, ao contrário do que aconteceu com o PSD, em relação à revisão dos coeficientes de localização que são o índice que, de uma forma mais peremptória influencia o valor final do IMI. Disse que os prédios devolutos também deviam ter tido um tratamento diferente. Afirmou que a proposta apresentada pela Câmara Municipal é mais do mesmo e a discussão sobre este assunto é estéril, sendo prova disso a aeróbica democrática socialista que se verifica na Assembleia Municipal; por muitos elementos que o PSD possa apresentar de modo a criticar, de uma forma positiva, esta proposta apresentada pela Câmara Municipal, tudo cairá em saco roto, uma vez que os ginastas olímpicos do Partido Socialista, mais uma vez, providenciaram os votos necessários para que todos os cidadãos de Lagos paguem o IMI na medida proposta pela Câmara Municipal. Disse que, por tudo isto, o PSD não pode estar de acordo, porque a aplicação da taxa do IMI por valores inferiores, com a aplicação da majoração/minoração, com a revisão dos coeficientes, com a aplicação dos devolutos, faria com que a Câmara Municipal arrecadasse a mesma receita, ou mais. Terminou afirmando que a proposta apresentada pela Câmara Municipal não é a mais justa e não está devidamente fundamentada, relativamente ao que foi afirmado no ano passado, aquando desta mesma discussão.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que algumas das ideias transmitidas pela Bancada do PSD têm a sua razão de ser, concordando, em parte, com a parte do zonamento, minoração e majoração, contudo a ideia do levantamento do braço já foi provado que não é bem assim. Disse que o que foi dito pela bancada do PSD na Assembleia Municipal, não foi explanado pelo Vereadores do PSD na reunião de Câmara onde este assunto foi discutido, uma vez que a proposta apresentada pela vereação social-democrata na reunião de Câmara era a de aplicar os valores mais baixos verificados no Algarve e isso não é real. Afirmou que os valores propostos pela Câmara Municipal estão a meio da tabela em relação a outros concelhos do Algarve no que diz respeito à taxa cobrada sobre os prédios urbanos e está no fim da tabela em relação aos prédios avaliados nos termos do CIMI. Disse que está a ser pedido um esforço à população, mas o efeito desse esforço está à mostra. Acrescentou que as Taxas a aplicar estão de acordo com a política adoptada pelo PS e por isso a bancada do PS não vai votar como um mero exercício de desporto, ao contrário do PSD que, se calhar, vota contra, por votar contra, como tem sido hábito.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu as palavra do Sr. Hugo Pereira. Disse que



Fl. 99v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

o zonamento é uma operação administrativa que tem que ser feita pela Câmara Municipal e não pode ser em sede de reunião de Câmara Municipal e isso foi sugerido pelo PSD que achava que esse zonamento já tinha sido efectuado pela Câmara Municipal. Afirmou que a Câmara Municipal serve para gerir os interesses de todos os lacobrigenses e a Lei confere à Câmara Municipal a possibilidade de criar uma justiça social, agora se a Câmara não o faz, por razões que só PS sabe, o PSD está contra e por isso propõe os valores mínimos. Disse que a saúde financeira da Câmara Municipal é boa e por isso o PSD fez a proposta que fez, que vem no sentido, como todas as outras propostas apresentadas pelo PSD, de acrescentar o ponto de vista deste Partido à situação efectiva do Concelho, tentando contribuir de uma forma positiva para a discussão dos assuntos que são caros a todos os lacobrigenses. Terminou lançando o desafio à Câmara Municipal no sentido de fazer o zonamento, a majoração/minoração, o levantamento dos prédios devolutos e a revisão dos índices de localização em determinadas localidades.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a aeróbica democrata do PS tem, efectivamente dado obras. Lembrou que algumas das pessoas que se congratularam com a execução de algumas obras, em tempos votaram contra essas mesmas obras. Afirmou que a bancada do PS tem feito uma boa aeróbica e irá continuar a fazer aeróbica com todo o estilo, estando com curiosidade sobre a votação do PSD em relação ao assunto em discussão.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) solicitou esclarecimentos sobre o porquê do zonamento não ter sido feito. Disse que manter a carga fiscal para obter resultado, só isso não chega; efectivamente obras foram feitas e isso beneficia o município, mas o município quer saber qual o resultado efectivo daquilo que paga. Disse que não entendia esta forma de arrecadar verbas fiscais como forma de ganhar tesouraria. Afirmou que tem sido política deste Executivo manter os encargos fiscais elevados no sentido de justificar a obra. Disse que dada a elevada arrecadação de verbas através da cobrança de impostos seria de bom tom a Câmara Municipal aliviar a carga fiscal.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) leu a seguinte Proposta: “Compete à Assembleia Municipal fixar, anualmente, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no Município de Lagos. Para 2008 apresenta a Câmara Municipal de Lagos a seguinte proposta: prédios urbanos — 0,75%; prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI — 0,35%. Considerando que: A situação económica dos portugueses encontra-se degradada desde há vários anos e as projecções, quer internacionais, quer nacionais, apontam para a continuação de tal situação, com afastamento cada vez maior da média europeia. Com a política governamental de redução do défice, a população do Concelho de Lagos a exemplo o que se passa no resto do país sofre o aumento de impostos, o desemprego, a estagnação dos salários e conseqüente perda do poder de compra, o endividamento crescente das famílias, o imparável crescimento das taxas de juros, o aumento da inflação; e a política da Câmara Municipal segue idêntico critério na espiral de aumentos, agravando tarifas e taxas. O Algarve é uma das regiões do nosso país cujo produto interno bruto (riqueza criada) per-capita supera a média nacional. Embora, à nossa escala, seja,



formalmente, uma região rica a verdade dos factos é que os salários são baixos. No distrito de Faro a remuneração média mensal é inferior à média nacional em cerca de 12,5% e no Concelho de Lagos os salários e as pensões são cerca de 20% inferiores à média nacional. É sobretudo imperioso ter em atenção os efeitos da taxa de IMI nos orçamentos familiares, particularmente nos dos agregados de menores rendimentos, tendo em boa conta a actualização anual do valor patrimonial dos imóveis, imposta pelo CIMI. Esta actualização anual aumenta automaticamente a base de tributação sobre que incide o Imposto Municipal sobre Imóveis, garantindo, só por si, um aumento considerável das Receitas Municipais. O que se tem verificado nos últimos anos é um aumento muito significativo sendo em 2005 de 6.133.448,84€ o valor arrecadado, em 2006 de 8.630.791,94€ e prevendo a Câmara para 2007 10.139.609,00€. Mais uma vez não se vê contemplada na proposta da Câmara Municipal a majoração ou minoração na fixação de taxas do IMI em zonas determinadas do nosso município, de modo a combater a desertificação ou promover a recuperação de imóveis degradados, bem como penalizar a existência de imóveis devolutos. Por considerarmos que compete aos eleitos gerir um equilíbrio entre os interesses das populações que os elegeram e a “saúde financeira” do Município, Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos, nos termos do nº 4 do Decreto — Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, delibere fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores: 1. Prédios Urbanos - 0,6%; 2. Prédios Urbanos avaliados nos termos do C.I.M.I. - 0.3%.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS fez muita obra mas o PSD, quando foi Executivo municipal, também o fez.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o dinheiro nas autarquias ou entra através de impostos ou através de fundos, por isso há pouco mais a fazer que não cobrar impostos, apesar de se tentar sempre arrecadar impostos sem prejudicar ninguém e procurar compensá-los. Disse que não queria com isto dizer que no tempo do PSD isto não tenha sido feito, mas poderia ter sido feito de outra maneira, compensado melhor todos. Afirmou ainda que o Concelho de Lagos é um dos que menos fundos recebe por isso se não arrecadar verbas através dos impostos pouco poderá fazer. Disse que Lagos tem muita segunda habitação, dado que muita gente tem casa própria em Lagos para vir passar férias e são estas pessoas que também devem contribuir para que sejam criadas as melhores condições para virem passar as suas férias em Lagos. Terminou dizendo que este imposto tem a justiça que tem, não é totalmente justo mas tem a justiça possível.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não se pode comparar a política fiscal entre PS e PSD, uma vez que em 2004 saiu uma nova legislação sobre este assunto e isso faz toda a diferença. Disse que um factor preocupante é o de Lagos ser um Concelho com muita segunda habitação, uma vez que a construção civil está a entrar em crise. Reforçou a ideia da necessidade de ser feito o zonamento, a majoração/minoração, o levantamento dos prédios devolutos e a revisão dos índices de localização em determinadas localidades.-----



Fl. 100v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que há duas questões fundamentais neste processo, uma é de que a região do Algarve é considerada uma região rica, é uma região onde o Produto Interno Bruto é um dos mais altos, mas em contrapartida, quem trabalha recebe menos cerca de 12,5% do que a média nacional, por isso quem trabalha não pode ser comparado com aqueles que têm uma casa para segunda habitação e que moram no mesmo prédio; a outra questão é a de que não se pode passar para as costas dos munícipes aquilo que o Governo tirou aos Municípios com a nova Lei das Finanças Locais. Disse que estava preocupado com a resposta da Câmara Municipal, a um requerimento da CDU a perguntar quais os estudos que a Câmara Municipal tinha feito em relação à aplicação da nova Lei das Finanças Locais, quando a Câmara responde que não tinham sido efectuados nenhuns estudos nesse sentido, quando a CDU tinha ouvido técnicos da Câmara, numa reunião, dizerem que tinham feito estudos e que o Município ia ter prejuízos avultados em relação às receitas a arrecadar pelo Município.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, das intervenções que ouviu disse que havia falta de argumentos, de comparações históricas com outros municípios. Disse que Lagos tem um zonamento elaborado nos termos dos zonamentos elaborados para todo o País e para todos os municípios do Algarve, que, tal qual Lagos, ainda não tiveram oportunidade de alterar as suas bases; acrescentando que um zonamento não se faz com um clique, assim como a majoração e minoração; no entanto foram dadas instruções aos serviços no sentido de fazerem um estudo sobre a aplicação da majoração e minoração que a lei permite, mas a majoração e a minoração não vão cair num processo onde não há zonamento e onde não há coeficientes de localização. Disse que o Concelho de Lagos tem um zonamento e em Barão de S. João, no Chinicato ou no Centro Histórico não se paga o mesmo; o zonamento e o coeficientes de localização não é igual ao da Praia da Luz ou do Porto de Mós. Disse que existe muita gente preocupado com a saúde financeira do município, só que em vez de quererem fazer bem à sua saúde, querem é fazer mal, ou seja, alguns dos Deputados Municipais, dizem querer fazer o milagre dos pães. Disse que Lagos não cobra as taxas pelo seu máximo, como faz uma grande parte dos municípios, mas é dos que mais receita de género arrecada. Informou que o zonamento não foi feito porque foi verificado que não havia condições nem condições para o fazer; em relação à majoração e minoração não foi possível serem feitos os estudos. Disse que existe uma verba considerável em tesouraria, mas no futuro, provavelmente, estas receitas de IMI e de IMT não vão ser suficientes, porque as condições de vida em Lagos foram melhoradas a muitos níveis, acção social, educação, desporto, apoio à juventude, jardins, espaços verdes, transportes, isto está à vista e tem consequências, vai ter um efeito social positivo, mas vai ter consequências e quem tem que pagar é a autarquia. Disse que não compreendia aqueles que querem seguir a política que os bancos vendem aos seus clientes com dinheiro lá, ou seja, como o município goza de boa saúde financeira e tem uma grande capacidade de endividamento, há quem defenda que não se deve mexer no dinheiro que está em tesouraria e vamos contrair empréstimos. Referiu que os impostos são desagradáveis e que se as pessoas puderem pagar menos



impostos nos tempos que correm melhor. Afirmou que Lagos tem a melhor taxa possível, sendo mais baixa que em muitos outros concelhos, servindo também isto para animar os construtores e para Lagos continuar a desenvolver-se como concelho e a competir com outros municípios. Disse que não havia novas vias para a gestão municipal, para se fazer há que ter meios.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a aeróbica intelectual do Sr. Presidente da Câmara Municipal era pouco séria, isto depois de ouvir a intervenção deste. Referiu que as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal tinham sido contraditórias. Reafirmou que o PSD disse e continua a dizer que os coeficientes de realocação têm que ser revistos e essa revisão tem que ser acompanhada de um zonamento; não se pode aplicar o zonamento que existe actualmente, no âmbito de uma nova política fiscal em que passamos a considerar a majoração, a minoração e outros factores que anteriormente não eram considerados. Referiu que o PSD apenas quer explanar as suas ideias e em Lagos é possível fazer a majoração e a minoração. Disse que a Câmara tem serviços que podem fazer o levantamento dos prédios devolutos e que os coeficientes de localização que não são justos. Disse que é um facto o município necessitar de receitas é um facto, mas também há muitas despesas que não são necessárias; cortar despesas é uma maneira de potenciar a receita. Esclarece que não tinha colocado em causa a boa vontade do Sr. Presidente da Câmara Municipal no que diz respeito às medidas políticas que tem que aprovar, nem tinha colocado em causa a seriedade do Sr. Presidente da Câmara Municipal na apresentação da taxa em discussão, apenas deu a conhecer o seu ponto de vista que é diferente do ponto de vista do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Pediu desculpa pela expressão “aeróbica democrática”, mas não a acha ofensiva.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que apreciava a maneira como o Sr. Presidente da Câmara Municipal defende as suas ideias, mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal não pode ficar incomodado com quem pensa um pouco ao lado. Disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem técnicos e papéis à frente e defende o proposto, mas se estivesse no lado dos Deputados Municipais, sem técnicos e sem papéis à frente, não podia e nem tinha a mesma opinião.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que era bom saber quais as propostas apresentadas pelo PS noutras Câmaras que não são lideradas pelo PS para poderem fazer alguma comparações.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA A APLICAR NO ANO DE 2008**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	1	7	2	1	11

-----Assim foi deliberado, por maioria, aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Lagos para fixação das taxas de IMI a cobrar em 2008, de acordo com o n.º 1 do art.º 112.º do Decreto-Lei n.º 287/03, de 12 de Novembro, em: alínea b) – Prédios



Fl. 101v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Urbanos – 0,75%; alínea c) – Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%.

-----Seguidamente foi submetida à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	2	1	3
ABSTENÇÕES	0	7	0	0	7
VOTOS CONTRA	17	0	0	0	17

-----Assim a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU foi reprovada por maioria.-

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma devotação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 8 de Outubro de 2007, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no Ponto 5 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 18 minutos da madrugada dia 2 de Outubro, declarado encerrada esta Reunião.

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

....., Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....
